

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### **Sessão Ordinária do dia 2 de maio de 2022 - Ata n.º 36.**

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **36.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 35, de 27 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr.<sup>s</sup> Deputados, senhoras e senhores visitantes da Assembleia Legislativa do Paraná.

**EXPEDIENTE:** (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1131/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas ao Requerimento n.º 474/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1135/2022** da Casa Civil,

encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 6993/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1130/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 6521/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1190/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 560/2022, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares; **Ofício n.º 1197/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6931/2021, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 1188/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 185/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1191/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 49/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 243/2022** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 477/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 1195/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 622/2022, da Deputada Mabel Canto e demais Parlamentares; **Ofício n.º 1193/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 6372/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1196/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Paraná Esporte ao Requerimento n.º 7254/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1194/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 372/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1200/2022** da Casa Civil, encaminhando informações referente a licitações promovidas no âmbito da Copel, em março de 2022.

**Comunicado:** Comunico aos Sr.<sup>s</sup> Deputados que foi constatado erro formal e material na tramitação do Projeto de Lei n.º 666/2021, pois o mesmo estava anexo ao Projeto n.º 417/2021, que deveria ter tramitado em Plenário como projeto principal. O erro acarretou inexatidão na expedição do autógrafo. Em conformidade com o art. 222, §3.º do Regimento Interno, determino à

Coordenadoria de Autografia que proceda à alteração necessária. Corrija-se e registre-se. Era isso, Sr. Presidente e Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Registramos a presença aqui do Vereador de General Carneiro, Sr. Alcemir Eletricista; do Coordenador da Juventude, Sr. Luís Otávio, por solicitação da Deputada Luciana e do Deputado Professor Lemos. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa! A Sessão de hoje, no Grande Expediente, é dedicada à homenagem proposta pelo Deputado Romanelli para ouvir o pronunciamento do Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná, Sr. Saul Dorval da Silva, que disporá sobre o 2.º Plano de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná. Agradecemos a presença aqui do Saul Dorval, Dr. Saul, do Professor Alexandre César, do Sr. Isaac Ferreira, do Sr. Silvio Jardim e da Sr.<sup>a</sup> Andreia Corat. Tenho a honra, neste momento, de passar a palavra ao Deputado Romanelli, para a saudação dos nossos convidados.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli e o Sr. Saul Dorval da Silva.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Senhor Presidente, o senhor me permita que possa me ausentar aqui das minhas funções de 1.º Secretário. Gostaria de falar da tribuna desta Casa e pedir que um Parlamentar pudesse aqui assumir a condição do exercício da 1.ª Secretaria. Deputado...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Fruet.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, demais Deputados que integram a Mesa Diretora, Deputado 2.º Secretário, Deputado Gilson, Deputado Soldado Fruet, que exerce a função de 1.º Secretário, Senhoras Deputadas, Sr.<sup>s</sup> Deputados e prezados convidados. Senhor Presidente, gostaria de dizer que para nós é uma honra termos aqui hoje a presença do Dr. Saul Dorval da Silva, que é Presidente do Conselho Estadual de Promoção da

Igualdade Racial, Consepir-PR; do Professor Alexandre César, Vice-Presidente do Conselho Estadual, que representa no Conselho a sociedade civil organizada; do Sr. Izaque Ferreira, que é Coordenador da Política de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria da Justiça e Família do Estado do Paraná; do Sr. Silvio Jardim, Diretor do Departamento de Justiça da Sejuf; e da Sr.<sup>a</sup> Andrea Corat, Secretária Executiva do Consepir-PR. Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Sr.<sup>s</sup> Deputados, gostaria de inicialmente agradecer ao Presidente Saul Dorval da Silva, que aceitou o convite para vir a esta Casa falar sobre o 2.º Plano de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná. Antes de passar a palavra ao nosso querido Saul, que nos conhecemos quando ele ainda era muito jovem, sempre defendendo os direitos da população afrodescendente, mas de maneira geral de toda a sociedade dos excluídos, queria dizer que, em relação à convivência em sociedade, não há mais nenhum espaço para indiferenças. Nelson Mandela deixou inúmeros ensinamentos para a história e um deles diz que ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. É quase, Deputado Gilson de Souza, um ensinamento bíblico, que, aliás, indiscutivelmente inspirou isso aqui Nelson Mandela. A nossa solidariedade e respeito estarão sempre com todas as pessoas vítimas de racismo, de discriminação, de preconceito, de intolerância ou de injúria racial. O racismo é uma ferida exposta dolorida que a humanidade ainda precisa curar. Não se trata apenas de amenizar os efeitos dessa chaga, é nosso dever eliminá-la do nosso convívio. Em relação à questão racial, o princípio aristotélico, que ainda citei na semana passada nesta Casa e que alguns obviamente devem ler o filósofo Aristóteles, tem um valor inestimável para guiar as nossas ações, até que todo tipo de intolerância seja extinto – aos desiguais, um tratamento desigual na exata medida da sua desigualdade. Somos todos absolutamente iguais; independentemente da origem, não podemos cogitar que há superioridade por causa da cor da pele. O caminho para o fim do racismo e para a construção de uma sociedade mais justa passa pela educação, pela disseminação dos bons ensinamentos e do amor ao próximo. E, enquanto Parlamentares e cidadãos,

somos agentes dessa mudança. Por isso, agradeço muito a vinda dessas autoridades para que possam fazer uso da fala e falar justamente sobre o 2.º Plano de Promoção da Igualdade Racial, que está sendo desenvolvido no âmbito do Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Sr.<sup>s</sup> Deputados. E muito obrigado a todos pela vinda.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Neste momento, vamos conceder a palavra ao Dr. Saul Dorval da Silva.

**SR. SAUL DORVAL DA SILVA:** Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar o Presidente da Assembleia, Ademar Traiano, o Luiz Claudio Romanelli. Quero cumprimentar as Deputadas na figura da Mabel Canto e também as mulheres negras funcionárias aqui da Casa em nome da Denise, parabenizá-la, assessora do Deputado Goura. Bom, no ano passado começamos a Caravana da Promoção da Igualdade Racial e percorremos 75 municípios, implantando a Política de Promoção da Igualdade Racial no Estado do Paraná. Essa política que compõe a população negra, somos 28% dessa população, quase 13 milhões de pessoas, 2 milhões de votos no Paraná, mais os ciganos e também a comunidade indígena e quilombolas. O Plano de Igualdade Racial, esse que está na tela, esse que vou mostrar aqui, é fruto do desenvolvimento da política dos movimentos sociais negro, cigano, indígena e quilombolas da gestão passado do Conselho, do qual também fui Presidente, fui reeleito. Esse Plano de Igualdade Racial é exatamente para combater o racismo e o preconceito, porque o racismo se dá pela cor da pele, pela pele preta. Esse é o racismo que se dá. A instituição é muito bem clara quando fala que o racismo tem que ser combatido na sua raiz, na formação das pessoas, nas suas casas, pela educação. Esse Plano de Igualdade Racial abrange 14 Secretarias e abrange também a oportunidade da sociedade civil organizada na sua maior manifestação, que é a democracia. Estamos aqui com o nosso Vice-Presidente, Alexandre César, professor Alexandre César, que representa as 14 ONGs que compõem este Conselho, com o nosso companheiro Isaac, o nosso companheiro Silvio e a Andrea, nossa Secretária Executiva, mas este Plano já deu resultado, companheiro Romanelli. O resultado do Plano foi que

no ano passado, no Estado do Paraná, conseguimos aumentar em 37% a empregabilidade da população negra no Estado do Paraná, aproveitando as 220 Agências do Trabalhador, e aí quero cumprimentar a Coordenadora do Trabalho, a Suelen, porque não foi fácil desenvolver esse trabalho, mas conseguimos um fato inédito no Estado do Paraná e no Brasil, porque a média nacional dava-se em 15% da empregabilidade da população negra no País, e aqui no Paraná 37%. Vejam o avanço que conseguimos para a população negra e também das minorias no Estado do Paraná! Mais do que isso, conseguimos por meio do Plano fazer a 5.<sup>a</sup> Conferência de Promoção da Igualdade Racial, por meio da Caravana da Promoção da Igualdade Racial, a 5.<sup>a</sup> que foi no interior do Estado, no município de Maringá, aí vai o nosso abraço fraterno ao Prefeito de Maringá, o Ulisses Maia, porque foi a primeira Conferência no interior do Estado, um fato inédito também, um fato que vai ficar na história do Paraná, porque as Conferências eram somente feitas aqui na cidade de Curitiba. Portanto, conseguimos um pouco caminhar com relação à eliminação da questão do preconceito e do racismo, porque não adianta você não ser racista, você tem que ser antirracista. É assim que a sociedade caminha em um Estado plural de direito democrático. Finalizando, gostaria neste momento de agradecer ao Luiz Claudio Romanelli, 1.<sup>o</sup> Secretário, ao Presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano, e principalmente ao Governador Carlos Ratinho Massa Junior, que nos deu todas as condições, por meio da Secretaria da Justiça, Trabalho e Família, mandar também um abraço fraterno ao Ex-Secretário Ney Leprevost, agora com o apoio total do nosso companheiro e Secretário atual, o Rogério Carboni, Dr. Rogério Carboni, que está à frente da Secretaria. Um abraço! Quero só exibir um vídeo que retrata tudo aquilo que estou falando, o que falamos aqui até agora do Plano de Igualdade Racial, que caminhamos no Estado, que jamais uma política desta natureza chegava ao interior do Estado, porque as pessoas moram no município, então a política tem que ser desenvolvida nos municípios. Agora um vídeo especial para traduzir tudo o que fizemos nesse um ano de Caravana da Promoção da Igualdade Racial. Muito obrigado a todos e a todas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vou suspender a **Sessão por instantes**, para que possamos fazer o registro fotográfico desta homenagem.

**(SESSÃO SUSPensa.)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Roma, por favor, Vossa Excelência aqui ocupa o seu espaço. **Está reaberta a Sessão.** Primeiro orador, Deputado Michele Caputo.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usaram da palavra os Sr.<sup>os</sup> Deputados: Michele Caputo; Luciana Rafagnin; e Galo.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Boa tarde, Presidente da Mesa, Deputadas, Deputados. Hoje participei, no final da manhã e início da tarde, da comemoração do *Dia Mundial do Médico-Veterinário*, que foi dia 30 de abril, lá no Sindicato dos Médicos-Veterinários do Paraná. Participei das homenagens que foram feitas aos profissionais da Veterinária, que fazem a diferença no exercício dessa nobre profissão. Então, quero mandar um abraço aqui, inicialmente, ao Presidente Cezar Amin Pasqualin. Encontrei alguns amigos, como o Ex-Governador, também médico-veterinário, o Pessuti. Mas hoje quero falar com relação à dengue. Houve aumento da dengue de 30% em relação à semana passada. Desde o dia 16/04, o Paraná decretou epidemia, estado de epidemia. Temos casos confirmados em mais de 300 municípios, de março para cá, cinco óbitos. Temos que fortalecer o trabalho de enfrentamento da linha de frente com relação à dengue. Temos aqui no Paraná gente muito experiente, o pessoal que veio da antiga Fundação Nacional de Saúde, que ainda é herdeiro da antiga Sucam, só que os profissionais que fazem esse enfrentamento, que são imprescindíveis para orientar as equipes municipais, Deputado Jonas, precisam de apoio. Eles precisam de diárias para poder pernoitar; eles precisam que essas diárias sejam melhoradas, porque estão há muito tempo congeladas; eles precisam ir até os municípios e fazer todo um trabalho de manutenção, de capacitação e de orientação dos profissionais que atuam no controle de endemias

dos municípios. Também há falta de medicamentos, analgésicos principalmente, de soro para hidratação. Soube que o Secretário Cesar Neves esteve no Ministério da Saúde para reivindicar também um apoio com relação a esses insumos, mas vejo que isso não envolve um montante financeiro muito elevado. Então, é importante dar essa infraestrutura e, principalmente, liberar essa tropa que tem condição de fazer o bom enfrentamento, que tem experiência no combate de muitos anos, para que eles possam participar. Recebi de um Prefeito a semana passada, de São Jorge do Ivaí, e o Prefeito Guina me dizia que a regional alega dificuldades com a diária, tanto no valor quanto no número de diárias que eles podem repassar para que esse pessoal possa ir até os municípios com maior dificuldade, até os municípios com mais casos confirmados, até os municípios que estão em estado epidemia ou de pré-epidemia. Então, não dá para ficar só falando da Covid. A Covid arrefeceu, apesar de que temos que continuar atentos. Soube que nesta Casa, Deputado Ademar Traiano, nosso Presidente, houve o registro de mais de 30 casos, o Deputado Bazana acabou de me informar que no gabinete dele foram três funcionários, não é, Deputado? Então, obviamente temos que continuar com todos os cuidados que a Covid merece, mas, acima de tudo, tem outras preocupações. Tem a vacinação contra a gripe, tem o enfrentamento da dengue, somos um dos Estados que mais cresceram casos. Só para que vocês possam ter uma ideia, Doutor Batista, o senhor que é Presidente da Comissão de Saúde, desde agosto de 21, porque o ano epidemiológico é agosto de 21 até agosto de 22, já tem mais de 30 mil casos confirmados no Paraná e 94 mil casos notificados. Então, é uma situação que precisamos, o senhor é da nossa querida Maringá, o senhor sabe disso, tive na Páscoa na nossa querida Maringá, em Sarandi, onde mora a minha irmã, e os números são crescentes, não dá para ficar confiando nesse clima, achando que esse friozinho que vem e tal, que isso vai resolver o problema da dengue, não vai. O que vai resolver o problema da dengue é insumo, é gente preparada, orientando o pessoal do enfrentamento, cada cidadão também, é importante, fazendo a sua parte, porque sabemos que a maior parte dos criadouros se dá no lixo domiciliar, mas temos que cobrar que todos façam a sua parte. E estou cobrando aqui um fortalecimento para que se deem



condições de trabalho para que esse povo competente, maravilhoso, que são os antigos agentes da Sucam, da Fundação Nacional de Saúde, e que prestam serviços para o SUS-Paraná, possam fazer o que eles sabem... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Michele, por favor, para concluir.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Complementando e concluindo, Presidente, para que eles possam fazer o que eles sabem fazer, que é enfrentar a dengue. Presidente, dois votos de pesar. Faleceu na sexta-feira, foi até o seu filho Vinicius que me passou a informação, Presidente, faleceu, na época foi Chefe da Regional de Guarapuava, a Deputada Cristina conhece, a Eliane Dranka, uma grande profissional de saúde, e também perdi um companheiro de partido, de militância, o Milton Carioca. Então, à família da Eliane Dranka e do Milton Carioca ficam aqui o voto de pesar e os nossos sentimentos. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, público que acompanha a Sessão. Senhor Presidente, quero primeiro aqui endossar as palavras do Deputado Michele Caputo, dizer também da nossa preocupação com relação à dengue no nosso Estado do Paraná, e dizer que precisamos de uma ação maior por parte da Secretaria da Saúde do nosso Estado. Estamos com muitos casos de dengue, cresceu muito, principalmente nas últimas semanas. Temos nos municípios do sudoeste do Paraná, os números são alarmantes, é alarmante o crescimento dos casos que estamos tendo, é no sudoeste do Paraná, mas é em todo o Estado do Paraná. Deputado Michele Caputo, quero aqui concordar plenamente com o seu pronunciamento e pedir que o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde, realmente tenha uma ação mais eficaz, ou a situação tende a piorar e muito, e os casos estão se agravando, são muitas pessoas que realmente passam por situação bem difícil a partir do momento em que positavam para a dengue, e precisamos, sim, de uma

ação bem mais contundente, inclusive dos próprios municípios. E acredito que uma das ações, Deputado Michele Caputo, vem com a própria relação, além da conscientização, pessoas preparadas que trabalham para isso, ainda também a questão do fumacê que tem contribuído muito para diminuir os casos. E também nessa mesma linha da preocupação da saúde, tivemos na quinta-feira da semana passada, eu o Deputado Tadeu, estivemos participando de uma reunião que foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário do Sudoeste do Paraná, com representantes de Pato Branco, na pessoa do Presidente, o Epitácio, e também com dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Também esteve presente a coordenadora do consórcio entre os municípios do sudoeste do Paraná, o Siruspar, que é o Consórcio que conduz hoje, que trabalha com o Samu na nossa região do Sudoeste do Paraná. E é muito preocupante a colocação por parte da coordenadora, por parte da Keli, que nos colocava que existe grande possibilidade de parar o trabalho do Samu na região sudoeste do Paraná. E é uma preocupação muito grande, porque desde que surgiu o Samu no sudoeste, desde 2011, o Deputado Tadeu que esteve comigo nessa reunião, desde que surgiu em 2011, nunca tivemos uma reclamação sequer que não tenha sido feito um bom atendimento por parte do Samu no sudoeste do Paraná. E é por meio desse consórcio que reúne enfermeiros, que reúne médicos, que reúne uma equipe de apoio, que reúne também o condutor dos socorristas, e essa equipe toda é que dá todo o atendimento na hora que as pessoas mais precisam, principalmente na questão de acidentes, ou mesmo quando uma pessoa passa mal na sua residência, e a equipe do Samu então se dirige até a casa, ou se dirige até o local do acidente, e faz todo o procedimento necessário para salvar vidas. E aí esse atendimento que está agora sendo discutido se vai ou não continuar todo esse atendimento que é realizado pelo Samu. Por que o que ocorre nesse sentido? Desde que foi criado o Samu, o recurso que é destinado para, ou seja, que é destinado para custear todas as despesas do Samu, ele fica em torno de 50% dos recursos vêm do Governo Federal, 25% a responsabilidade é do Governo do Estado e 25% dos municípios, mas desde que foi criado, e aqui

falando que no sudoeste, desde 2011, Deputado Tadeu, esses valores não são reajustados. Então, o que nos passou a Coordenadora do Consórcio Regional é que hoje o Governo Federal está repassando em torno de 541 mil por mês, o Estado 375 mil, mas as despesas, Deputado Tadeu, ficam em torno de R\$ 2 milhões e 700 mil. Então, esse outro restante, em torno de 1 milhão e 700 mil fica por cargo dos municípios, dos 42 municípios do sudoeste do Paraná. E isso tem dificultado, porque é uma despesa bastante grande para os municípios também, e sabemos que a responsabilidade não seria dos municípios... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Luciana, por favor, para concluir.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** ... que a responsabilidade fica, sim, continua sendo, 50% desse recurso, dessa despesa, tem que vir do Governo Federal, 25 do Estado e 25 dos municípios, para dar continuidade a esse trabalho, para continuar salvando vidas é preciso que cada um faça a sua parte e é preciso que o Governo Federal faça o reajuste dos valores, é preciso que o Estado também faça o reajuste desses valores, porque senão existe a grande possibilidade de parar esse trabalho, que é realizado com toda responsabilidade. E, reforçando aqui, nunca ouvi uma reclamação por parte de uma pessoa que tenha chamado o Samu no sudoeste do Paraná e esse atendimento não tenha sido feito. Então, é um atendimento de alta qualidade, com muita responsabilidade. E queremos aqui, neste pronunciamento, dizer que estamos nos somando à luta em defesa do Samu no Sudoeste do Paraná, nessa defesa... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada, ok? Próximo orador, Deputado Galo. Antes disso, registro a presença na Casa da Vereadora de Marilândia do Sul, Sr.<sup>a</sup> Cradenil Shibao; do Vice-Presidente da Farcom, Sr. Vanderson Dubinski; do Coordenador Regional 8, Sr. Ricardo Silva, por solicitação dos Deputados Tiago Amaral e Marcio Nunes. A Farcom é a Federação das Rádios Comunitárias do Paraná. Também da nossa amiga Kátia Presa, lá de São

Miguel do Iguaçu, pré-candidata a Deputada Estadual pelo Progressista. Sejam bem-vindos aqui à Casa.

**DEPUTADO GALO (PP):** Senhor Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Victória, na Mesa Diretora, Dr. Batista, nosso querido Batista, Deputadas, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Para registrar que Guaratuba, meu querido Nelson Justus, 251 anos a nossa linda Guaratuba. Já cumprimentei o Nelson Justus e cumprimento também o Roberto Justus que está saindo lá da Covid, pelo aniversário e toda a população da nossa querida Guaratuba. Viva Guaratuba! Parabéns! Ei, ouvi uma frase hoje pela manhã de um jovem colaborador do Galo que falou assim: *Deputado, parece um campo minado*. Falei para ele: *Mas, cabra, do que você está falando? Não dá para andar mais*. Revoltado jogou a chave em cima da mesa, jogou a carteira. *O que foi, cara? Campo minado*. Falei: *Mas onde é o campo minado? Não estamos na Rússia. Não estamos lá na Ucrânia. Não, tem guerra. O que houve?* A Prefeitura de Curitiba soltou mais sete radares para começar esta semana. Esse é o presente que a Prefeitura está dando para os trabalhadores neste dia 1.<sup>o</sup>, que passou ontem, como presente. Ganhamos, viva! Viva! Viva! Radar, radar, radar, radar. Mais sete radares. É necessário que tenhamos radares? Sim, Dr. Batista. Mas nunca ouvi falar de radar educativo. Vejo, como está acontecendo agora, aquele que é o *ferrativo*. Sabe o que é *ferrativo*, Doutor? O que ferra. O que passa a mão nos pontos da nossa carteira. Senão vejamos: em uma via apenas uma trabalhadora de uma empresa chamada Mercado Livre fazendo a sua entrega com sua Van, ela começou e quando terminou ela estava sem a carteira, porque tem um carinha chamado atenção, o tal do radar inteligente. Já alertei aqui, isso é inconstitucional, Prefeitura. Isso é inconstitucional, Prefeitura. Por que não fazem radares educativos? Senão vejamos, botaram sete radares sem avisar ninguém e simplesmente você está sendo ferrado. Será que é isso então que a Prefeitura pensa? Quero fazer um apelo para V.Ex.<sup>a</sup> Prefeito Greca, Vossa Excelência foi eleito, não foi pela maioria, mas V.Ex.<sup>a</sup> teve o apoio popular e é Prefeito da Cidade e o senhor autoriza esse presente para a população? Ora, Sr. Rafael Greca, faça, pelo menos, uma campanha educativa. Vossa Excelência tem que fazer uma campanha para orientar: atenção motorista. Ponha placa, ponha sinalização.

Troque os radares pela aplicação da Lei Seca. A Lei Seca, esta mata. O *neguinho* encachaçado no volante, o *neguinho* bebum no volante, como aconteceu com uma funcionária nossa aqui da Assembleia do setor de limpeza, que a sua neta foi morta, semana retrasada, em um cruzamento da Sete de Setembro com a João Negrão. O *cabra* estava encachaçado. Não é radar, é a cachaça. O setor inteligente da Prefeitura, o radar inteligente não tem condição de verificar: *neguinho tomou uma cachacinha, vou multar ele*. Não. O radar multa você quando você passa no 70 e você tem tantos segundos para passar no próximo. Se você acelerar, você será multado. Mesmo que você passe na velocidade, o tal do inteligente. Para fechar, Sr. Presidente, que está com um belo paletó aí, veio de longe esse paletó, Presidente. Atenção, meu povo, presente. Que rufem os tambores. A Prefeitura de Curitiba dá de presente, futuro Senador Guto Silva, vê se muda esse negócio quando chegar lá. Atenção, vai dar de presente, já deu de presente para a população sete, sete. Minha avó dizia que sete é número de mentiroso, mas esse é do usurpador, aquele que pega, aquele que toma, aquele que arranca a sua pontuação da sua carteira. Interessante isso, daí você perde a carteira e você tem que ir para autoescola fazer a carteira e assim vamos embora e a indústria vai tocando. Solicitar à Prefeitura de Curitiba, tem tantos Parlamentares que são amicíssimos do Rafael Greca, fala para ele: *Rafael, seguinte Greca, faz uma campanha, pelo menos, educativa, depois você vai para o ferro*. Nove, oito, sete, seis, cinco, quatro, três, dois... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Um minuto para concluir, Deputado.

**DEPUTADO GALO (PP):** Muito obrigado, Excelência. Então, vamos lá minha gente. Radar está funcionando na Marechal. Otávio Saldanha Massa, ali no Capão Raso. Juvevê tem um radar ali na Rua Guarda Mor Lustosa. Atenção, na Trajano Reis, a noite de Curitiba é ali, não é mesmo? Alto São Francisco outro radar. No bairro da minha querida Fany temos dois radares instalados na mesma esquina, ali próximo à Linha Verde. E tem outro na Wenceslau Braz. E na Linha Verde, lá na região do Uberaba temos dois, cuidado. Ali na Henrique Mehl. Esse é o

presente que o Sr. Prefeito Rafael Greca entrega por ter sido eleito aqui em Curitiba. Primeiro de maio. Muito bem. Vida longa, Sr. Presidente Traiano.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** No Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Quero aqui, em especial, cumprimentar, de General Carneiro aqui presente, o nosso Vereador Alcemir e com ele também está o Luiz Otávio, Coordenador da JPT lá do município. Satisfação tê-los aqui. Quero aqui, Sr. Presidente, falar do ato de sexta-feira. O 29 de abril, sexta-feira, então, completaram sete anos do massacre aqui na Praça Nossa Senhora de Salete, que levou centenas de servidores públicos, especialmente professores e professoras, funcionários de escolas, aos hospitais, que foram bombardeados aqui quando chegavam à Praça e não queriam que esta Assembleia aprovasse o Projeto de Lei que alterou os critérios da previdência, mas, precisamente, que incluiu como credores do Fundo de Previdência nosso, do Estado do Paraná, 34 mil e 600 aposentados que nunca tinham contribuído para o Fundo e passaram, a partir daquela data, a ser beneficiados do Fundo, dando, então, um desfalque anual de mais 2 bilhões por ano, retirados do Fundo de Previdência. O Fundo tinha em torno de 14 mil aposentados, passou, então, para quase 50 mil aposentados imediatamente. E aí, claro, o Fundo que estava crescendo, ele decresceu de lá para cá. E isso, então, foi o motivo da vinda de milhares de servidores até Curitiba e não puderam, evidentemente, aproximar-se aqui da Assembleia Legislativa e, então, o massacre aconteceu. Então, é um dia de luto, que foi lembrado como um dia luto, mas também um dia de luta dos funcionários públicos do Estado do Paraná, que compareceram aqui, na sexta-feira, eram milhares, mais de 5 mil presentes aqui – pude acompanhar o ato. E a pauta foi apresentada ao Secretário Elisandro, Secretário da Administração e

Previdência, na presença de representantes da Casa Civil. Acompanhei a reunião do Fórum dos Servidores com o Governo, na sexta-feira, vários pontos foram apresentados que são importantes, como, por exemplo, suspender o desconto previdenciário de aposentados e pensionistas cujo salário fique abaixo do teto do INSS, que hoje é R\$ 7.000,00. Então, para os trabalhadores do Brasil, a lei permite e é isento, e o Paraná, quando fez a reforma da previdência, aqui, dissemos que não podia cobrar previdência de aposentados cujo salário fosse inferior ao teto. Mas, infelizmente, foi aprovado, estão cobrando. Então, os aposentados sofreram mais do que quem está na ativa, tiveram redução salarial com a reforma da previdência. Então, levamos essa reivindicação, é possível de ser atendida porque não vai quebrar o Fundo de Previdência, Deputado Nereu Moura, que acompanhou bem esse debate aqui, em 2015, não vai quebrar o Fundo de Previdência. Queremos que o Governo isente todos os aposentados, o pessoal militar que está na reserva e o pessoal civil que é aposentado e tem o direito de ficar isento até o teto. Isso não vai abalar o Fundo Previdenciário. E que apesar do ataque feito ao Fundo de Previdência no dia 29 de abril de 2015, o Fundo de Previdência vem dando conta, até porque houve aumento da cota parte dos servidores do próprio Estado com a reforma da previdência. Era 11% de desconto, passou para 14%. Então, tem aporte financeiro, tem condições de isentar os nossos aposentados e aposentadas de pagar previdência até o teto do INSS. Outra reivindicação apresentada e muito importante é data-base, que unifica também todos os servidores públicos: os militares e os servidores civis. A data-base é maio. Este mês de maio o Governo tem a obrigação de corrigir os salários dos funcionários públicos, repondo pelo menos a inflação, a inflação prevista é de 12.30, passará de 12% a inflação dos últimos 12 meses. Portanto esta a lei eleitoral permite, não proíbe que seja paga. Os servidores também reivindicaram aqueles 3.39% que já foram discutidos, foram aprovados em lei em 2015 e esses 3.39 não foram pagos ainda. Já tem inclusive decisão tanto da Justiça, quanto do Tribunal de Contas, que o Governo deve pagar essa dívida de 3.39% que não foi paga ainda. Já foi aprovada a lei o passado e o Governo deixou de pagar, somando aí aos 12.3%. Pode e deve pagar, a lei permite, a lei eleitoral

não impede. E o Governo tem condições, também, de revogar o art. 37 da LDO de 2021 para fazer as promoções e progressões; implementar os quinquênios, anuênios dos servidores que tiveram esses direitos suprimidos, porque o art. 37 da LDO de 2021 suspende a contagem de tempo e só conta para a aposentadoria, aquele tempo, do dia 15 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. É como se os trabalhadores do serviço público do Paraná não tivessem trabalhado. Esta lacuna só existe na lei, na prática não existe porque todo servidor trabalhou nesse período e contribuiu. Então, é preciso revogar o art. 37 e aí fazer a implementação retroativa das promoções e progressões e dos quinquênios e anuênios, dos servidores do Estado do Paraná. Também essa reivindicação foi levada à Mesa. E aí temos outra reivindicação que é comum a todos os servidores: o SAS. O Sistema de Saúde do Servidor está deixando muito a desejar nas mais variadas regiões e aí é preciso que o Governo considere esta reivindicação também e atenda aos servidores em seu pleito. E aí tem outras demandas que são demandas especiais de cada categoria. Serão tratadas com cada secretário e seus sindicatos, respectivamente. Mas do ponto de vista geral são essas grandes reivindicações dos servidores do Estado do Paraná. O que ficou combinado naquela reunião com o Secretário Elisandro? Que deveremos ter outra reunião nos próximos dias para tratar com o Secretário da Fazenda, com o Secretário Chefe da Casa Civil, com a Liderança do Governo aqui da Assembleia, para que essas reivindicações sejam implementadas, porque elas são possíveis de ser implementadas. Tem margem fiscal e tem margem financeira e orçamentária para atender às demandas dos servidores do Estado do Paraná. Quero aqui, mais uma vez, parabenizar os nossos servidores que fizeram bonito no dia 29, rememorando o massacre como um dia de luto, mas também fazendo com que esse dia se tornasse um dia de luta na defesa do interesse público, na defesa dos servidores do Estado do Paraná. Quero também aqui, Sr. Presidente, falar da Audiência Pública que faremos com o Deputado Tadeu Veneri e com a Comissão de Direitos Humanos. Essa Audiência Pública será amanhã a partir das 9 horas, aqui na Assembleia Legislativa, e será virtual. Várias cidades vão acompanhar, como Cascavel, por exemplo, Cascavel, Deputado Nereu Moura,



tem 7 mil novas moradias que foram entregues a partir de 2018, pela Caixa Econômica, no programa de casas populares, de apartamentos populares e várias dessas residências estão com infiltrações, está chovendo dentro, encanamento impróprio, o piso descolou, rachaduras nas paredes e não pode continuar assim. Fomos procurados por várias lideranças de Cascavel, de Foz do Iguaçu, de Curitiba, de Londrina e estamos, então, organizando esta Audiência Pública para ouvir essas famílias vítimas dessas obras precárias e que precisam ser reformadas, reconstruídas, para que essas famílias possam ter, de fato, a sua residência para viver nelas com dignidade. Fica o convite aqui para todos os Deputados e Deputadas, para a população do Paraná para acompanhar a Audiência Pública que será transmitida aqui pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais da Assembleia Legislativa. Fica o convite. Teremos a presença de várias autoridades aqui do Paraná, também de Brasília, participando deste debate que é muito importante. Essas residências que foram entregues não podem continuar como estão, elas precisam ser recuperadas para que essas famílias possam ter condições de viver nessas residências. Quero falar do 1.º de Maio, *Dia do Trabalhador* e da *Trabalhadora*, que foi ontem. Tivemos vários eventos no Brasil inteiro, aqui no Paraná também, atividades em vários lugares. Em Foz do Iguaçu, as centrais sindicais do Paraná uniram-se, uniram-se com os trabalhadores e trabalhadoras do Paraguai, da Argentina, do Uruguai. Foi feito um ato internacional lá na Fronteira, na defesa do emprego, na defesa dos direitos, na defesa da classe trabalhadora. Também tivemos outras atividades em outras regiões do Estado do Paraná. Em Cascavel, por exemplo, tivemos novamente o costelão, que é o maior do mundo no 1.º de maio, com milhares de trabalhadores e trabalhadoras participando. Então, quero aqui também falar da cavalgada do 1.º de maio, que aconteceu lá em Ortigueira. Foi promovida pelo MST a cavalgada em defesa da reforma agrária, com mais de mil cavaleiros, mais de 3 mil pessoas participaram da festa do 1.º de maio, um dia também de reivindicação para que a reforma agrária aconteça sem violência, a reforma agrária popular. Foi uma atividade muito bonita. Quero parabenizar o *Maila Sabrina* na coordenação do acampamento, que conta com mais de 400 famílias, que lá vivem e produzem, e

que convidaram toda região, vários municípios compareceram, e o ato foi muito bonito e importante. Precisamos fazer com que a reforma agrária se torne de fato uma política pública de Estado no Brasil. Não pode continuar como sendo caso de polícia, porque nunca foi e nunca deve ser caso de polícia. É um caso de política pública. A reforma agrária é importante para o desenvolvimento do nosso Estado, do nosso País. Parabéns ao MST! Parabéns, *Maila Sabrina!*

**DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP):** Senhor Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Marcio, *pela ordem.*

**DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP):** Senhor Presidente, quero apenas aproveitar este momento para registrar a nossa grande tristeza, nesta tarde, neste dia, na região Oeste do Paraná, onde já foi notícia em pauta nacional, onde um ônibus, para se desviar de um caminhão, acabou derribando uma ribanceira ali e sete pessoas tiveram a perda das suas vidas, e 13 pessoas encontram-se ainda hospitalizadas e muitas delas em estado grave. Todas elas são oriundas do município de Pato Bragado, faleceram ali, o acidente foi na região de Marechal Cândido Rondon. Já liguei para o Prefeito Leomar Rohden, registrando toda nossa condolência, nossa solidariedade e esta Casa também assim deve fazê-lo porque é um acidente muito grave. Fica o nosso sentimento de solidariedade, de carinho a todas as famílias, que Deus as confortem, as amparem. E, claro, o que estiver ao nosso alcance aqui fazer para ajudar, estamos à inteira disposição. Obrigado, Presidente!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Esta Casa manifesta e também hipoteca os nossos sentimentos às famílias. Já pela manhã, em um evento que estava em Colombo, com o Secretário da Saúde, ele deu essa informação, por volta de 9h30, desse grave acidente envolvendo pacientes que estavam se deslocando de Pato Bragado para Cascavel, para serem atendidos com radioterapia e quimioterapia. Registro a presença na Casa, a visita dos alunos do curso de Organização de Eventos e Protocolo do Senac Paraná,

acompanhados pelo professor Leandro Fernandes. Sejam bem-vindos à nossa Casa! Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Ricardo Arruda (PL); Mabel Canto (PSDB); Tadeu Veneri (PT); e Arilson Chiorato (Oposição).

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. O primeiro assunto que tenho aqui é para parabenizar todos patriotas que foram às ruas aqui no Paraná, no caso aqui estava em Curitiba, e em todo Brasil teve uma grande manifestação a favor da liberdade, a favor do nosso Presidente, a favor do nosso Brasil verde e amarelo. Então, deixo aqui os meus parabéns a todos os conservadores porque a luta não é de uma minoria. A luta é de todos os brasileiros que querem realmente um País livre, um País onde se mantenha a democracia, e não o País que querem os que já estiveram no Governo entrar e modificar o nosso País e transformar isto aqui em uma Argentina, em uma Cuba, em uma Venezuela. Não queremos esse tipo de democracia, que para nós isso se chama ditadura. Outro assunto, que é um assunto grave, é que ocorreu na escola Abraham Lincoln, lá em Colombo. Um professor de inglês, durante uma aula, ele começa a dizer, a defender que quando o Lula fala que tem que controlar a mídia digital, principalmente, ele diz que isso aí está correto, porque hoje as redes sociais pertencem a quatro pessoas apenas. Ele quis sugerir que era o Presidente e os filhos. Já é uma ignorância alguém que fala isso. Tem blogueiros aí que tem 10 vezes mais seguidor que a família Bolsonaro. Como é que um professor é a favor de censura e, ao mesmo tempo, diz que defende a democracia? Aí prova que esse sujeito para mim é um pseudoprofessor, um ativista político. E ele começou a falar um monte de besteira, ofendendo o Presidente, com palavras pesadas. Já publiquei um vídeo. Ele foi gravado em sala de aula. Então, ele nem pode falar que inventaram, está gravado tudo que ele falou lá. Uma baderna a aula dele, todo mundo gritando, falando palavrão. Esse é o tipo de professor, Presidente Traiano, que não pode continuar

em um quadro de funcionários de professores do Estado do Paraná. Falei com o Governador no mesmo dia, mandei o vídeo. Falei com o Secretário da Educação no mesmo dia, encaminhei o vídeo. Disseram-me que as providências serão tomadas. Espero que sejam tomadas imediatamente, que esse sujeito seja exonerado e que essa atitude dele, essa atitude de ideologia partidária, ele sendo exonerado, fique de exemplo a outros doentes fanáticos que, em vez de dar aula, o que está no currículo escolar, ficam aí defendendo bandeiras ideológicas da esquerda e criticando o Presidente eleito democraticamente em nosso País e ainda dizendo inverdades, inverdades. Espero que esse sujeito seja processado civil e criminalmente. Em outro colégio, em Querência do Norte, a professora foi falar de agricultura e está exaltando e colocou uma bandeira do MST. Isso é uma pouca vergonha! MST é um movimento criminoso, que invade terras, que mata, que espanca o dono, que sequestra, que estupra. Ora, onde já se viu? Estarei acompanhando caso a caso e cobrando, sim, uma atitude do Governo do Paraná. Esse tipo de professor tem que ser exonerado imediatamente das salas de aula. Os pais que estão colocando alunos na escola colocam para que os alunos aprendam as matérias do currículo escolar. Ideal, partidário e ideologia de gênero, isso tem que acabar aqui no Paraná e no Brasil inteiro. Por isso que um Projeto meu aqui, que está nesta Casa, que proíbe a ideologia de gênero, tem que ser votado o mais breve possível. Até quando que esses covardes vão ficar aí tentando mudar a cabeça de uma criança de cinco, seis anos, dizendo que ela é menina, que ela pode virar menina, ela escolhe o gênero, ou ele é menino pode virar menina? Isso é uma pouca vergonha! A opção sexual de cada um é problema dele, e ele passe isso para os filhos dele, não para os filhos dos outros. Da mesma forma, a opinião dele, ideológico-partidária, ele dirija à família dele, não à família dos outros. Isto tem que acabar em sala de aula. Ainda bem que agora o povo está ligado. E creio que, quando for votar aqui nesta Casa, vamos ter essas galerias lotadas de pais e mães conservadores, defendendo os seus filhos aqui, que sabemos que é óbvio que esses professores que assim agem são a minoria, são aquela minoria fanática ligada a esse *puxadinho* do PT chamado APP-Sindicato. A APP-Sindicato só prejudica a categoria. Faz acordos e depois vai lá e

mente para chamar o povo para rua para fazer greve. Usa o povo como massa de manobra. Da mesma maneira que o Lula usou a vida inteira os trabalhadores para se beneficiar. Fazia greve e eles faziam acordo com os empresários. Temos que acabar com isso! A verdade tem que ser dita desta tribuna. Para finalizar a minha fala aqui, hoje teremos uma votação importante nesta Casa, que é constitucional, mas ao meu ver imoral, que é o aumento de cargos, tanto aqui na Assembleia como no Ministério Público. Sou totalmente contra aumento de cargos neste momento pós-pandemia. O que justifica hoje aumentar cargos se estamos caminhando para o meio do ano, para o meio e o para o final do ano? Como? Para quê? Se funcionou bem até agora e funcionou durante uma pandemia, todo mundo em casa, por que agora que todo mundo voltou precisa de mais gente? A conta não fecha! Vou repetir: é constitucional, mas é imoral. E o povo está acompanhando isso. Então, colegas Deputados, pensem bem na hora de votar aqui em aumento de cargos, porque isso vai pegar muito mal, muito mal no momento que vivemos em nosso País e no mundo. Não justifica! Temos que ter realmente responsabilidade e respeito à população e ao dinheiro público. Fica aqui esta minha fala e espero que a população que nos acompanha divulgue esta votação de hoje, que vai ajudar ou piorar muito nas próximas eleições. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Registramos a presença nesta Casa do Vereador de Cascavel, Sr. Tiago Almeida, e do Assessor Luiz Eduardo de Oliveira, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Obrigado pelas presenças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham nesta Sessão de hoje. Volto à tribuna para falar sobre privilégios, especialmente aqueles privilégios que o Governador tanto tem falado que cortou ali na propaganda eleitoral. Como já falamos na semana passada, a Copel, que teve um superfaturamento no ano passado e que estava concedendo privilégios à sua Diretoria. Pois bem, na última semana, o Governo do Estado, diante da denúncia do Deputado Soldado Fruet, da

Oposição, desta Deputada e de toda a sociedade organizada, que não se calou diante de tudo isso, disse no Conselho da Copel, realizado na última sexta-feira, que estaria vetando os bônus para aqueles setes Diretores. Pois bem, vetaram o bônus, Deputado Soldado Fruet, de R\$ 3,2 milhões para 2022, mas infelizmente não vetaram, não retiraram os privilégios dos anos anteriores. Em 2019, por exemplo, foi pago o valor de R\$ 2,7 milhões em bônus; em 2020, 2,3 milhões em bônus; em 2021, 2 milhões e 700 mil para serem divididos entre os sete Diretores da Companhia, algo em torno de R\$ 400 mil em média, Deputado Arilson, para cada Diretor da nossa Copel. É uma pena que somente neste ano, um ano de eleição, é que o bônus enfim acabou sendo cortado pelo Governo do Estado. Uma pena que não tenhamos atingido os anos anteriores e cortado esses privilégios aí também na carne! Mas acho, aí quero dar uma dica...

**Deputado Soldado Fruet (PROS):** Se a senhora me der um aparte, para não fugir do assunto.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Claro, Deputado Soldado Fruet. Por favor.

**Deputado Soldado Fruet (PROS):** Deputada Mabel, qual é o interesse desses Diretores da Copel de reduzir os lucros da Copel? Porque eles ganham bônus em cima disso, de lucros da Copel. Qual é o interesse? Não tem interesse nenhum em reduzir o lucro. E quem é o mais prejudicado? Não é só o mais pobre, é do mais pobre ao mais rico que é prejudicado com isso aí. Venho denunciando isso há três anos, no ano passado conseguimos impedir um reajuste salarial dos Conselheiros, mas não o bônus. Graças a Deus que este ano é um ano eleitoral, Deputada Mabel! Queria que todo ano, então, fosse um ano eleitoral, para que colocasse o Governador, o Governo atual colocasse a mão na consciência e entendesse que isso é um escárnio, é *um tapa na cara* de todos os brasileiros, do mais rico ao mais pobre, esses bônus para Diretores da Copel que qual é a meta deles? Aumentar o lucro para uma empresa. E como é que se aumenta o lucro na Copel? É na nossa conta de luz! Então, isso é um absurdo. Parabéns, Deputada Mabel, pela sua fala. Já disse que a senhora seria uma excelente policial, porque a

senhora tem um faro, um tirocínio para coisas erradas muito bom. Parabéns mesmo pela senhora ter levantado este questionamento hoje aí!

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Obrigada, Deputado Soldado Fruet. Pois é, mas acho que o Estado poder ir além, Deputado Soldado Fruet. Por isso que estamos propondo hoje um expediente que vai ficar à disposição de todos os Deputados que quiserem assinar, onde estamos propondo que o Estado inclua na distribuição de lucro da Copel um fundo para subsidiar justamente a diminuição da tarifa dos paranaenses – 5% que sairia da diminuição dos dividendos, que hoje são de 3 bilhões e 88 milhões. Isso ensejaria um valor de R\$ 68,79 aproximadamente, por ano, para cada consumidor, o que significa uma ou duas tarifas, dependendo do consumidor. Este é um modo de compartilhar esse lucro da Copel com os maiores acionistas do Estado, que é justamente a população paranaense. Mas quero também continuar falando sobre privilégios, mas agora aqueles que também estão ocultos aí e que não saem nas propagandas, que não são exatamente aqueles que o Governador Ratinho tem falado, aqueles privilégios ocultos. Por exemplo, as remunerações de alguns Conselheiros do Estado que coincidentemente são também alguns Secretários de Estado. Fizemos um pedido de informações para o Governo do Estado perguntando sobre a remuneração que esses Secretários receberiam nos Conselhos ou os jetons que esses Secretários receberiam. Bom, a Secretaria da Administração nos passou uma resposta com o nome dos Secretários de Estado, isso já sabíamos, e disse que a Controladoria-Geral do Estado é que tem a competência para realizar a gestão do Portal de Transparência e que deveria complementar as informações, tendo em vista que podem estar sendo tomadas providências, especialmente em relação à divulgação de informações relacionadas às vantagens percebidas na participação dos Conselhos ou de outras situações. Disse que naquele caso específico da remuneração de participação em Conselho, esse pagamento não é efetuado via RH Paraná Meta 4, portanto não sendo possível disponibilizar esses dados de forma conjunta com a remuneração dos Secretários. Aí a CGE, Controladoria-Geral do Estado, informou-nos que foram realizadas tratativas com a Secretaria da Fazenda para a divulgação completa das informações dos jetons, tendo em vista

que o pagamento se dá pelo Sistema Siaf e não pelo Meta 4; que a Sefa desenvolveu um manual para extrair as informações diretamente do Siaf e que sua posterior publicação diretamente no portal institucional do órgão, na área de Portal da Transparência... Aí eles nos mostram inclusive o caminho para obter essas informações e dizem que essa forma de divulgação se dá pela falta de integração neste momento dos sistemas mencionados e outros existentes, em especial na administração indireta do Estado, e que a disponibilização de informações relativas aos jetons será cobrada e verificada pela CGE por meio de um plano de trabalho que está em fase final de tramitação e que será publicado ainda no mês de abril do presente ano. Bom, abril terminou e não sei se isso foi publicado ou não, precisamos ter essa informação. Bom, havia solicitado que essas informações fossem repassadas por meio do nosso requerimento, mas infelizmente não veio nada. Veio uma resposta superficial dizendo que deveríamos procurar, então, no Portal de Transparência, informações de um caminho, que não mostram as informações requeridas. Quero lembrar aqui, inclusive não está aqui, está ali o Deputado Homero, que ele propôs uma lei aqui, a 20.221, para justamente fazer a divulgação desses jetons da administração direta ou indireta, que são obrigados a divulgar na internet. Pelo que tenho visto, Deputado Homero, essa lei não vem sendo cumprida. Infelizmente, o senhor tenta disponibilizar as informações. Quero parabenizar o senhor e a sua equipe pela forma como estão fazendo isso, de forma muito acessível na sua plataforma, mas não posso dizer isso, infelizmente, do Governo do Estado que está, a mim me parece, omitindo essas informações, porque são informações de valores, nomes, privilegiados, aí, do Governo do Estado. Vou dar um exemplo aqui de informação incompleta. O Ex-Secretário Sandro Alex, Secretário da Infraestrutura, que quando já entrou no Governo, já entrou com privilégio, porque como ele era Deputado Federal, continuou recebendo como Deputado Federal, R\$ 33 mil por mês e não como Secretário de Estado, R\$ 23 mil por mês. Então, isso já é um privilégio, para mim, um privilégio concedido a poucos. Mas, enfim, é legal, mas é imoral. Pois bem, o Secretário também tem outros privilégios, fazer parte de Conselhos, como, por exemplo, o Conselho da APPA, do Porto de Paranaguá, Comitê de Indicação e



Avaliação da Administração dos Portos de Paranaguá. Mas infelizmente não sabemos quanto o Sandro Alex ganhou ou continua ganhando, porque parece... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputada Mabel, para concluir.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Para concluir, Presidente. Mesmo sem ser Secretário, ele continua no Conselho e recebendo, então, provavelmente, pela participação do Secretário no Conselho. Também na APPA tem um filho de uma importante figura política lá de Ponta Grossa, que não sabemos também quanto que está ganhando. Não sabemos! Então, temos muitas informações desses privilégios que ainda continuam sendo omitidas. Aí, pergunto, cadê o *Compliance* que tanto o Governo do Estado fala? O *compliance* para o Governo do Estado, o que me parece, é uma sala de vidro, um aquário humano, mas não é isso. *Compliance* é entregar as informações, seja aqui para os Deputados, seja no Portal de Transparência para a população.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Liderança do PT, com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, a Deputada Luciana que já registrou, estivemos na última semana em Pato Branco, eu e a Deputada Luciana, acompanhando a situação do Samu, não só de Pato Branco, mas de todo o sudoeste, Deputada Luciana. Vossa Excelência, inclusive, fez aqui uma lembrança importante do que significa o Samu para o sudoeste. A quantidade de vidas que o Samu, Professor Tercílio, já salvou em função da sua estrutura, que é uma estrutura diferente das outras estruturas dos Estados, uma estrutura tripartite. O Deputado Michele conhece bem também como funciona o Samu. Só que os custos que tem hoje o município e, aliás, também a possibilidade de alguns municípios se retirarem do consórcio, porque estão pagando mais do que acham que é o devido, podem levar esse serviço a ser terceirizado. E se esse serviço for terceirizado, aliás, os valores muito baixos,

Professor Tercílio. Falamos com médicos e enfermeiros, eles fazem um regime diferenciado de 12 por 60, mas há médicos e enfermeiros ganhando um salário muito, muito abaixo daquilo que seria o necessário, dada toda a atenção, o processo de trabalho extenuante a que são submetidos. Por isso, achamos importante, falamos agora com a Deputada Luciana, estamos buscando uma audiência como Secretário da Saúde, para que o Estado possa recompor aquilo que está devendo. Devendo no sentido que não está, portanto, suficiente, porque não podem os municípios do sudoeste, são 42 municípios, não podem os municípios do sudoeste ficarem sem essa referência, sem o serviço de atendimento de emergência e urgência, que é no caso o serviço do Samu. Não podem também os municípios, chega a um ponto em que os municípios ficam praticamente estrangulados, não terão recursos suficientes, porque à União o valor é fixo, não temos como interferir com a União, os municípios têm limitações e, certamente, o Estado que fará. O que só deixo registrado é que Pato Branco e região conseguiram encontrar um mecanismo diferenciado de todo o resto do Estado. Sabemos que em alguns casos eles são terceirizados; sabemos que em alguns casos é a Prefeitura e alguns municípios, não é o caso de Curitiba, mas alguns poucos municípios que fazem essa integração. Então, fica aqui já e acredito que todos os Deputados e Deputadas da região, Deputado Guerra, irão também fazer um movimento para que não percamos o Samu. Não dá para perder o Samu de Pato Branco até porque ele é um dos melhores, senão, o melhor do Estado. Àquilo que é referência, acredito que devemos fazer com que continue sendo referência. Concedo-lhe um aparte.

**Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO):** Obrigado, Deputado Tadeu, rapidamente. Parabenizando pela fala. Realmente aconteceu essa reunião. Parece-me que dois municípios não estão satisfeitos, mas essa discussão com a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná já havia sido feita, inclusive, com o Deputado Guto Silva, quando estava à frente da Casa Civil, para que houvesse essa recomposição. Hoje, o Estado realmente está, parece-me que 10% defasado, com relação ao repasse aos municípios, o que faz com que esse aumento os municípios tenham que aumentar sua cota parte.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Inclusive, do combustível, Deputado Guerra, que ficou quase que insustentável.

**Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO):** Exatamente. Parabenizo Vossa Excelência por entrar nesse tema, um tema que está bastante debatido na nossa região sudoeste do Estado do Paraná e convido os demais Deputados do Sudoeste que se somem a nós, para que possamos tabelar com o Governo do Estado. Acredito que em breve teremos uma novidade com relação a isso.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Deputado Guerra. Hoje também, Sr. Presidente, tivemos na parte da manhã uma lembrança, uma referência ao que aconteceu aqui há 21 anos, na Rondinha. Quem conhece Campo Largo, sabe que há 21 anos, quando o MST fez um movimento para vir buscar, aqui em Curitiba, negociações com o então Governador Jaime Lerner, houve o impedimento para que, não só aqui, esses ônibus prosseguissem não só aqui na Rondinha, mas também lembro muito de que estava com o Deputado Rosinha, lá em São Luiz do Purumã, e o Antônio Tavares acabou sendo baleado e morto. A partir dali foi feito um monumento à luta do MST, à luta de Antônio Tavares, à luta de todos aqueles que buscaram de alguma forma ter a terra para que pudessem nela plantar e nela sobreviver. Então, fica o registro aqui, 21 anos atrás Antônio Tavares continua, há 22 anos, obrigado, Deputada Luciana, Antônio Tavares continua sendo uma referência muito forte para nós todos. De lá para cá muita coisa aconteceu, mas Antônio Tavares não foi esquecido. Hoje, quando procuramos os acampamentos, os assentamentos, Antônio Tavares continua sendo uma pessoa, que assim como outros aqui, o Deputado Lemos tem acompanhado bastante e sabe da importância de Antônio Tavares para o MST. Já lhe dou o aparte, Deputado Michele. Só fazer uma referência aqui que, da mesma forma que outros Deputados, também já tínhamos decidido, a bancada do PT, hoje, o bloco. Hoje, o Deputado Goura não está aqui, está em Brasília, mas o Bloco de Oposição já tem uma decisão a respeito desses projetos que estão em pauta hoje, tanto na Sessão Ordinária, quanto na Extraordinária, na criação dos cargos. Respeitando as opiniões diferentes, mas divergindo delas, iremos nos posicionar contrário. Iremos nos

posicionar contrário pelas mesmas razões que já elencamos na semana passada. É preciso, ainda que com todas as alegações contrárias, é preciso que caminhemos, Deputado Arilson, para que possamos ter concursos públicos, para o Primeiro Grau Judiciário, para o Ministério Público e para a Assembleia Legislativa. Se somarmos nesses últimos 10 ou 20 anos, estou aqui há 20 anos, o número de cargos comissionados que foram criados no Judiciário, no Ministério Público e na Assembleia, esta em menor número, mas também criados, chegaremos ao número de milhares. Preocupo-me muito porque ainda que entenda que o Juiz deve ter alguém que possa nomear que seja de sua confiança, que o Promotor deve ter alguém que possa nomear que seja de sua confiança, mas sabemos, Deputada Mabel, que Ponta Grossa padece de uma carência no Primeiro Grau; Capanema, padece; União da Vitória, padece; Francisco Beltrão, padece. No primeiro grau sempre há problemas. Por quê? Porque as pessoas, ainda que haja os cargos comissionados, querem ficar em Curitiba, ninguém quer ir para o interior. Se houver concurso tem que ir para o interior, porque não tem como assumir se não for por concurso. Agora, quando é livre nomeação, livre exoneração, que é o cargo em comissão, as pessoas querem obviamente ficar aqui. Por quê? Porque aqui estudam, porque aqui têm relações familiares, porque aqui têm relações sociais, mas acontece que o Judiciário não é só Curitiba, o Ministério Público não é só Curitiba. Mas se pegarmos aqui as instâncias que são do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e que não são primeiro grau, vamos ver que tem muito mais gente do que o que seria necessário para dar sequência aos processos iniciais. A Assembleia Legislativa não é diferente. Quando viemos aqui, o Deputado Hermas Brandão sempre dizia que havia uma pressão muito grande para nomeações, e tínhamos aquele processo de nepotismo, nepotismo cruzado, ou nepotismo explícito mesmo aqui dentro, como tem na Assembleia Legislativa tem também no Poder Judiciário e também tinha obviamente no Ministério Público. Após a emenda n.º 13 da Constituição Federal, que proibiu até determinados segmentos o nepotismo, obviamente que isso diminuiu muito, mas não acabou. É comum em diversos espaços, e vou dar um exemplo de uma cidade do interior onde o Juiz nomeou, ou a Prefeitura colocou o filho do Juiz em

um cargo de confiança para Prefeito. Ora, a relação que esse Prefeito, prefiro não dizer o nome da cidade, é da sua região, Deputado Arilson, mas a relação que o Prefeito passou a ter com o Juiz é excepcional, porque o seu filho está lá. Então, parece-me que esta relação familiar não deveria ser aceita. Filho de Desembargador, Promotor, de Conselheiro do Tribunal, não deveria ter cargo comissionado onde os seus familiares sejam Juízes, Promotores, ou Conselheiros vão decidir em algum momento. Seria inclusive, Deputado Traiano, uma medida que traria muito mais tranquilidade quando votássemos situações como essas que muitas vezes são necessárias. Não vejo como, não vejo como, um Desembargador, um Juiz, um Promotor, ter uma situação onde ele decide contra determinado setor se o seu filho está trabalhando ali. Há conflito de interesses e esse conflito de interesses, não estou dizendo que está acontecendo isso aqui, ou ali, até porque seria leviano fazer esse tipo de afirmação, mas essa é a preocupação quando nos manifestamos contrários aos cargos em comissão da forma como estão sendo votados. É preciso que estabeleçamos regras, onde aquele que julga não tenha à noite o aconselhamento daquele que muitas vezes está ao lado de quem é julgado, aquele que faz a denúncia não esteja ao lado de quem é denunciado, aquele que vai votar não esteja ao lado de quem... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - PSD):** Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Parece-me, Sr. Presidente, que não há nenhuma relação passional, nenhuma relação emocional, nenhuma vendeta, Deputado Michele, não se trata de nenhuma vingança absolutamente aqui ou ali, trata-se do interesse público, eu digo por nós. Ficaria muito difícil para que tivéssemos, se todos tivéssemos aqui filhos, pais, irmãos, parentes que são muito próximos, aqui estabelecidos e na hora de termos uma relação de isenção não estarmos em algum momento envolvidos, direta ou indiretamente, com aquilo que vai ser objeto da nossa decisão. Então, estamos preparando, Sr. Presidente, para concluir, um Projeto de Lei onde os cargos comissionados não possam ser ligados

àqueles que em algum momento podem julgar as pessoas que estão nomeando aqueles cargos. Obrigado, Sr. Presidente. Senhor Presidente, desculpe, só para encerrar, por isso a nossa Bancada decidiu votar contrário porque entende que há conflito de interesse em todos esses projetos. Obrigado, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” Esse é um versículo bíblico, conhecido por muitos aqui, versículo 32, capítulo 8 do Evangelho de João. Quantas ocasiões, Deputados e Deputadas, ouvimos alguns políticos a usarem para chegar ao poder? Inclusive o inominável, que hoje ocupa a cadeira do Palácio do Planalto. A mentira, a distorção, a *fake news*, fez com que o Brasil abandonasse o caminho do desenvolvimento econômico e social e caminhasse rápido à barbárie, a essa tragédia social que vemos hoje. Mas como diz um ditado, “a mentira tem pernas curtas”, inclusive para um Presidente de calça curta. O que precisamos para um País é esclarecer as coisas. Galileu Galilei já falava que a verdade é filha do tempo e não da autoridade. Na quarta passada, o Comitê de Direitos Humanos da ONU fez comprovar a teoria de Galileu, fazendo que toda a mentira arquitetada, orquestrada, contada pela *Lava Jato*, alimentada pelo bolsonarismo e utilizada para destruir a imagem do Presidente Lula, não resistisse ao tempo. Aliás, não resistiu ao primeiro vento, 26.<sup>a</sup> vitória de Lula, 26.<sup>a</sup> vitória da verdade, 26.<sup>a</sup> vitória do Brasil. A decisão expôs a arrogância e a utilização indevida da autoridade conferida pelo Estado ao Juiz ladrão, Sérgio Moro, e aos Procuradores da *Lava Jato* na figura do Sr. Deltan Dallagnol. Não podemos nunca usar um agente público ou um cargo para perseguir, para manchar reputações, para fazer politicagem. Esse exemplo de violação do sistema judiciário mostra claramente o caráter desse grupo que se encontra hoje pleiteando a continuidade desse sistema político, essas pessoas pariram Bolsonaro e ao mesmo tempo mataram o País. Hoje, 12 milhões de desempregados, inflação a 12.3% acumulada, a maior

inflação de março dos últimos 28 anos. Segundo o IBGE, 27 milhões de pessoas, ou desempregadas, ou subempregadas, ou em desalento, isso é a política do inominável, daquele ser de alma pesada, de intenções perversas. E o que dói em tudo isso é que hoje reencontramos a fome pelas ruas, reencontra pela rua muitos moradores, mas precisamos entender uma coisa, a vitória obtida por Lula na ONU não é uma vitória de Lula, é uma vitória do Brasil, o que foi violado não foi o Presidente Lula, mas, sim, o povo brasileiro pela *Lava Jato*. *Lava Jato* essa que foi palco de muitos elogios aqui dentro inclusive; *Lava Jato* essa que fez a economia ficar em frangalhos; *Lava Jato* essa que nunca comprovou nada, aliás, mostrou-se um artifício político, de politicagem barata, para destruir uma democracia e o seu povo. Volto a insistir, gente, o principal alvo nunca foi Lula, mas, sim, o Brasil, o principal alvo era destruir um País que não batia continência para o império americano; um País que tinha o seu petróleo, nosso, e não jogado, dado, ou melhor, roubado ao estrangeiro; um País que não deixava destruir a Amazônia, que não deixava ter invasão em garimpo irregular em terra indígena, por exemplo, mas, mais do que isso, um País que defendia os direitos dos trabalhadores, que era a sexta economia do mundo e hoje é a décima-terceira, rumo à vigésima. A única coisa que sobe, que aumenta neste País é a nossa fama negativa fora do nosso território. Não podemos achar que todos que tentaram destruir a Nação são pessoas consideradas cidadãos de bem, não são cidadãos de bem, porque se tem o tal cidadão de bem no Brasil, e sei que tem, está do lado contrário ao inominável. A verdade é filha do tempo, não da autoridade. A sentença proferida pela ONU lava literalmente a *Lava Jato*, desnuda o bolsonarismo e faz com que aqueles, com intenções fascistas, fiquem em alerta. E é preciso fazer justiça aqui. Não foi todo o Judiciário envolvido nessa trama. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, em momentos, foi firme. É preciso destacar também que muitos Juízes não aderiram ao projeto golpista. Recentemente o Juiz Ricardo Lewandowski anulou os atos decisórios da Juíza Gabriela Hart, aquela do cola e copia, do *control C control V*, de inteligência limitada. Dia a dia a verdade vai prevalecendo sobre a mentira. Para termos uma democracia de fato, não podemos compactuar com esse tipo de prática. Não podemos ver nossas polícias,

nosso Judiciário ou nosso Ministério Público serem instrumentalizados. Quem quer que seja investido em cargo público, com o poder do Estado, não pode participar de uma patifaria como foi isso. E se valendo de uma fala de um poeta chileno, Pablo Neruda, Lula disse assim antes de sua prisão: “Podem matar uma, duas ou três rosas, mas não conseguirão deter a chegada da primavera.” Presidente Lula, recado para o senhor: nosso futuro, se Deus quiser, Presidente da República, este ano a primavera não será em 22 de setembro, será em 2 de outubro. Viva o povo brasileiro e o fim da *Lava Jato*, arma fascista usada contra o País.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Homero.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** A intervenção do Deputado Arilson deixa claro porque a imunidade Parlamentar é importante. O Deputado Arilson acabou de chamar o Juiz Federal de ladrão, Ex-Juiz Federal. E semana passada, se não me engano, estava pedindo a punição do Deputado Federal por crime de liberdade de expressão. Não quero que o Deputado Arilson seja processado por calúnia e seja condenado, porque acho que ele está exercendo o direito de liberdade de expressão e está exercendo a imunidade parlamentar dele, mas é importante que esse episódio demonstre como a imunidade vale tanto para a direita quanto para a esquerda. E sobre a *Lava Jato*, Sr. Presidente, viva a *Lava Jato*. A Operação que passou a limpo este País e este Estado. As grandes obras rodoviárias do Paraná hoje são por conta da *Lava Jato*.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, onde está o *pela ordem*?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Homero, por favor, já ouvimos a fala de Vossa Excelência.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** Viva a *Lava Jato*!



**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Ok. O Deputado Tiago Amaral abriu mão. Passamos à Ordem do Dia.

### **ORDEM DO DIA.**

**[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares:** *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (UNIÃO), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: *Anibelli Neto (MDB), conforme Licença, nos termos do art. 104 I do Regimento Interno e Goura (PDT), conforme art. 97 § 3.º Inciso IV do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:* *Elio Rusch (UNIÃO) e Marcel Micheletto (PL) (2 Parlamentares).* ]*

### **Projetos que necessitam de Apoioamento.**

**Projetos de Lei:** (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 170/2022, do Deputado Tiago

Amaral, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção Ambiental e Animais Domésticos de Mandaguari - Apaad; **Autuado sob o nº 171/2022**, do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Ebera; **Autuado sob o nº 172/2022**, do Deputado Mauro Moraes, que determina constar em editais de licitações para aquisição ou locação de novas viaturas policiais a especificação de blindagem, na forma que menciona; **Autuado sob o nº 173/2022**, do Deputado Mauro Moraes, que autoriza a criação do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, Fundo Pró-Esporte; **Autuado sob o nº 174/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa dos Anjos; **Autuado sob o nº 175/2022**, do Deputado Goura, que concede o Título de Utilidade Pública à Federação Desportiva de Surdos do Paraná, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o nº 176/2022**, do Deputado Professor Lemos, que concede o Título de Utilidade Pública à Casa Familiar Rural Padre Sasaki, com sede no município de Sapopema; **Autuado sob o nº 177/2022**, dos Deputados Goura, Arilson Chiorato, Tadeu Veneri, Mabel Canto e Professor Lemos, que altera a Lei n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, a fim de estabelecer percentuais de trabalhadoras mulheres e trabalhadores locais nas contratações.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

### **Passamos aos Itens da pauta.**

Senhores Deputados, temos duas Redações Finais, vamos fazer a votação simbólica.

**(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)**

**ITEM 1** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza, Goura, Cristina Silvestri e Luciana Rafagnin, que

dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente.

**ITEM 2** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 67/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação e disposição final de resíduos, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovadas as duas Redações Finais.**

**ITEM 3** – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 50/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que institui o Dia do Padroeiro do Budismo, a ser realizado anualmente em 18 de abril. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** Voto “*sim*”, Sr. Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados. Ainda estamos aguardando os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Homero Marchese, Romanelli, Guerra, Maria Victória, Nelson Justus e Nelson Luersen. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes,***

*Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Abstenções:** Alexandre Amaro e Gilson de Souza (2 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Goura, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (13 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e 2 abstenções, **está aprovada a Emenda.**

**ITEM 4 – 2.<sup>a</sup>** Discussão do Projeto de Lei n.º 30/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia do Despachante de Trânsito, a ser celebrado anualmente em 21 de setembro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Encaminhamento dos Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** Voto “*sim*”. Projeto importante.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Vota “*sim*” a Oposição.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP):** Senhor Presidente, estou tendo problemas aqui na máquina até para registrar a minha presença. Estou votando “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Assessoria, por favor. Pois não, Deputado. Mas a assessoria já está chegando. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos

*Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Goura, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 30/2022.**

**ITEM 5** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 90/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 13/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 15229, de 26 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do Sistema de Diretrizes e Bases do Planejamento e Desenvolvimento Estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, e Tadeu Veneri.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

**ITEM 6** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 155/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 24/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** Pedimos o voto “*sim*”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr.

*Batista, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Goura, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 155/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Francisco Buhrer.)**

**ITEM 7** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 156/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 25/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** Pedimos o voto “*sim*”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando.

**DEPUTADO FRANCISCO BÜHER (PSD):** Senhor Presidente, no Item anterior meu voto é “*sim*”. Infelizmente não consegui registrar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Pois não, Deputado. Vamos registrar em Ata aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista,*

*Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Plauto Miró, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 156/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Evandro Araújo.)**

**DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD):** Senhor Presidente, apenas para registrar voto “*sim*” no Item anterior. Estava aqui tentando votar, mas o voto não registrou em tempo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado, vamos registrar em Ata.

**ITEM 8** – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 163/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** A Liderança do Governo encaminha voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Maria Victória, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 163/2022.**

**ITEM 9 – 1.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 465/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Soldado Adriano José, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Dom Pedro II, com sede no município de Campo Largo. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** Liderança do Governo encaminha voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana



*Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 465/2021.**

**ITEM 10** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 79/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2022, que dispõe sobre a estruturação da autarquia Paraná Esporte. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** A Liderança do Governo encaminha voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição encaminha voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados);* **Não Votaram:** *Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto,*

*Nelson Luersen, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 79/2022.**

**ITEM 11** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 139/2022, de autoria da Comissão Executiva, que insere dispositivos na Lei n.º 16.792, de fevereiro de 2011, e revoga o art. 4.º da Lei n.º 20.123, de 20 de dezembro de 2019, que tratam sobre a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do estado do Paraná e adiciona cargos na estrutura administrativa das Comissões Permanentes e Blocos Temáticos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e adiciona cargos na estrutura administrativa das Comissões Permanentes e Blocos Temáticos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Temos um Requerimento que precisamos votar, de autoria do Deputado Homero Marchese, que pede a retirada do Projeto por duas Sessões. **(Requerimento protocolado sob o n.º 1149/2022, do Deputado Homero Marchese, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 139/2022 da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) Sessões.)** Vamos fazer a votação do Requerimento no painel.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Senhor Presidente, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Pois não, Deputado Ademar Traiano.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Na figura aqui de Parlamentar e não na figura da Presidência, peço aos Deputados que votem contra o requerimento do Deputado Homero Marchese.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Em votação.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, para encaminhar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Pois não.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, estava vindo para esta Sessão até ouvindo o *audiobook* e contando uma história da década de 30 ou 40, na Inglaterra. Havia um sistema de gás que chegava às casas que emitia muito monóxido de carbono, isso levava à facilitação na adoção de medidas de suicídio por parte das pessoas, por incrível que pareça, porque ela...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado, por favor, encaminhe o voto.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Calma, vou chegar lá...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** O requerimento não tem discussão, é votação direta. Encaminhe o voto.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Então, Sr. Presidente, depois continuo a história. Mas precisamos evitar o suicídio político desta Casa, e, portanto, peço para votar “*sim*”. Vamos adiar essa votação para desapareá-la da votação dos projetos dos outros órgãos e assim vamos poder, sozinho, demonstrar à população se há necessidade ou não desses 121 novos cargos aqui na Assembleia. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando então, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados. Estamos votando o requerimento.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “*não*”, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Voto “*não*”.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Estamos aguardando os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Bazana, Delegado Fernando Martins, Dr. Batista, Evandro Araújo, Galo, Marcio Pacheco e Nelson Luersen.

**DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP):** Presidente, enquanto encerra o processo de votação, só queria registrar a presença nesta Casa do Prefeito de Mariluz,

Paulinho Alves, acompanhado do Vereador Marquinhos, do Fernando, que são da equipe, e em nome também do Deputado Marcio Nunes, Deputado Romanelli, todos que atuam naquele município. Obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Sejam sempre bem-vindos a esta Casa! Deputados Dr. Batista, Evandro Araújo, Guto Silva, Marcio Pacheco, Nelson Luersen. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Arilson Chiorato, Coronel Lee, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (13 Deputados);* **Votaram Não:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Tiago Amaral e Tião Medeiros (29 Deputados);* **Não Votaram:** *Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (12 Deputados).]* Com 13 votos favoráveis e 29 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Então, em discussão o Projeto.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Para encaminhar, Deputado Homero Marchese.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Para encaminhar também.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputados, Deputado Homero e Deputado Arruda, V.Ex.<sup>as</sup> vão encaminhar contra? Só para ficar registrado aqui.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REPUB):** Contra, contra.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** E, por favor, estamos fazendo a discussão da constitucionalidade. Ok?

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, vou chegar lá, mas preciso contar uma introdução. Bom, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, boa tarde! Voltando à história, havia essa forma de distribuição de gás na Inglaterra, na década de 30, 40, 50, nem me lembro ao certo agora. E, infelizmente, promovia-se muito suicídio porque era uma maneira simples de a pessoa tirar a própria vida. E a Inglaterra trocou o principal combustível que chegava às casas por gás natural. E muita gente pode imaginar: *Não, mas quando você retira uma forma de suicídio da pessoa, ela procura outro. Portanto, não vai haver diminuição nenhuma do número de suicídios.* Acreditava-se nisso também quando nos Estados Unidos tinha a Golden Bridge e o pessoal pulava muito da ponte. E quando foram gastar uma quantidade para instalar uma rede protetora ali, muita gente falou: *Olha, não deve se gastar porque a pessoa simplesmente vai mudar de forma.* E, no final das contas, tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos, depois dessas medidas, o índice de suicídio caiu muito porque houve o desapareamento do que estava à disposição das pessoas. Isso é um fato bastante curioso. Faz a diferença. Às vezes, o meio leva a pessoa a agir de uma forma que ela não agiria se tivesse em outras circunstâncias. E fiz o pedido de adiamento em 10 Sessões justamente para tirar esse incentivo que teríamos a votar para esse Projeto, um Projeto que cria 121 cargos em comissão na Assembleia Legislativa. E, hoje, já temos nesta Assembleia um mil e setecentos e tantos cargos comissionados. Na última sexta-feira, Deputado Michele, estive na *Casa Amarela* e na *Casa Marrom*, que concentram aqui na Assembleia boa parte das nossas comissões. Fui lá fazer uma visita e encontrei cerca de 10% dos servidores que deveriam estar trabalhando ali. É verdade que boa parte dos servidores trabalha nos gabinetes. E, sinceramente, não vejo problema se a pessoa estiver trabalhando. Não visitei os gabinetes para verificar se estavam todos nos gabinetes, que deveriam estar nas *Casas Amarela* e *Marrom*, mas tenho a

desconfiança de que ainda que todos os 1.700 trabalhem, acaba havendo uma grande redundância de trabalho aqui nesta Casa. E quando há uma grande redundância de trabalho, não vejo por que se criar mais 121 cargos comissionados. O principal pretexto para se criar um cargo comissionado é a necessidade de alguém trabalhar como Assessor, Chefe ou Diretor. Se você não tem essa necessidade, não existe justificativa para criar o próprio cargo. É por isso que o Projeto é inconstitucional. Foi assim que votei na Comissão de Constituição e Justiça. E diante das circunstâncias em que esse Projeto é apresentado, ao mesmo tempo em que é apresentado um Projeto do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, criando cargo, perguntei, já disse publicamente, se isso não era um *trem da alegria* para compensar o desgaste que os Deputados estariam tendo com a votação desses projetos. E aí, sendo um *trem da alegria*, como me parece ser, acho que existe também a violação ao princípio da moralidade e da eficiência administrativa prevista na Constituição. Se não há necessidade de criar os cargos e estamos criando só por criar, o Projeto é inconstitucional. O Paraná vive um momento difícil como todo o Brasil. O poder público passou incólume da crise. Aliás, estados e municípios ganharam dinheiro na crise por conta dos repasses do Governo Federal. E o que deveríamos estar fazendo com esses 30 milhões que vamos gastar aqui na Assembleia? Ou 100 milhões que vamos gastar no Centro Cívico todo? É devolver para população na forma de melhores serviços ou na forma de redução tributária, por menor que seja. Essa é a prioridade que deve ser atendida, e não esse Projeto que estamos votando agora. Então, peço aos senhores que votem contra esse Projeto, assim como votem contra os projetos de criação de cargos para o Tribunal de Justiça e para o Ministério Público. O Ministério Público não deve governar este Estado. O Ministério Público não deve ser valer de circunstâncias que lhe sejam benéficas, de informações que ele tem, para governar este Estado. Infelizmente, o que acontece aqui no Centro Cívico, e acontece no Brasil todo, esse é um dos grandes problemas do Brasil, é o compadrio entre os Poderes. Os Poderes já perceberam, há muito tempo, que é muito mais fácil sentar em torno de uma mesa e combinarem aumento de cargo, remuneração e gratificação, do que ficarem um atrás do outro, porque o Tribunal

de Justiça julga as ações penais contra os Deputados; porque o Ministério Público move denúncias contra os Deputados; porque esta Assembleia aprova criação de cargos ou benefícios para o Tribunal de Justiça e para o Ministério Público; e todo mundo depende de todo mundo. Em uma democracia vibrante, todo mundo faz a sua parte sem deixar de ser independente, sem ceder a nenhum tipo de pressão ou chantagem. No Brasil, isso, infelizmente, não acontece. No Brasil é o povo contra o Estado, é o povo contra o poder público. Sempre foi assim, infelizmente. Vamos levar no nosso *site*, hoje ou amanhã, um levantamento que fizemos no Centro Cívico sobre a quantidade, Deputado Requião... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado, por favor, V.Ex.<sup>a</sup>...

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** Do pagamento... Estou concluindo, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Pois não.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP):** Vamos levar no nosso *site* os valores que o Ministério Público e Tribunal de Contas, e vamos fazer isso com o Tribunal de Justiça, quando chegar a resposta, férias não usufruídas indenizadas. Vocês vão se chocar com o que Ministério Público e Tribunal de Contas pagam aos seus membros. Uma média de R\$ 80 mil por ano para cada Promotor, por exemplo, do Estado. Tem Conselheiro do Tribunal de Contas que ganha R\$ 300 mil por ano de férias usufruídas não indenizadas. Por quê? Porque tem duas férias, dizem que não usam uma, indenizam, com mais um terço de férias dá uma bolada. E quem paga a conta é o povo paranaense. Contra compadrio, contra *tapinha nas costas*, vote “*não*” aos projetos. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente, demais colegas Deputados. O que vejo no caso aqui de aumentar o efetivo da Assembleia Legislativa do Paraná? Tenho uma opinião contrária, porque acho que a Alep está muito bem servida de funcionário e vem caminhando muito bem. Não falta funcionário aqui, porque ficamos dois anos na pandemia, praticamente poucos funcionários aqui estavam e funcionou perfeitamente. Não é possível que, no final de um mandato, final, no último ano, aumentemos cargos aqui dentro desta Casa, onde a população não vai entender. A população vai pensar bobagem a respeito. Onde está faltando funcionários, gente? Está faltando delegado, está faltando investigador, está faltando polícia militar. Agora, vai aumentar 120 cargos aqui? Alguma coisa está muito errada. Vejo aqui, falando aqui, com todo respeito a todos os colegas Deputados aqui. É uma democracia, cada um vota de acordo com a sua consciência, mas sabemos dos graves problemas que tem no Paraná. A falta de efetivo na segurança pública, nunca tem dinheiro para nada. E, agora, aqui, aumentar 121 cargos? Ora, gente, realmente jamais podia votar algo favorável a isso porque, se andamos bem até agora com o quadro, com o efetivo que tem, todas as Comissões aqui tão bem atendidas, estão fazendo o trabalho corretamente, creio que não se justifica, neste momento pós-pandemia, colocarmos este número de cargos. Estou falando aqui da Assembleia Legislativa do Paraná, que é o que está em questão neste momento. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*não*”.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Em nome da Comissão Executiva, encaminhamos o voto “*sim*”.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “*sim*”, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Voto “*não*”, Deputados. Vamos ter consciência.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (15 Deputados); **Não votaram:** Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 139/2022.**

**ITEM 12** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 142/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público, Ofício n.º 413/2022, cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado...

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS):** Homero.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Homero Marchese, para discutir.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Vou falar 10 segundos, então peço para falar daqui. Os Projetos do MP criam 261 cargos em comissão, ao custo de

R\$ 30 milhões por ano; do Tribunal de Justiça, 160, ao custo de 41 milhões; e o da Assembleia, que acabou de ser aprovado, aumentava 121 cargos, ao custo de 31 milhões. Cem milhões de reais a mais para o contribuinte paranaense. Peço o voto “não”, Sr. Presidente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Tiago, encaminhamento do voto.

**DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD):** A Base está liberada, Sr. Presidente.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Encaminhamos o voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “sim”, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votação encerrada:  
*[Votaram Sim: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Tiago Amaral e Tião Medeiros (29 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet*

e Tadeu Veneri (17 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e 17 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 142/2022.**

**ITEM 13** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 143/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público, Ofício n.º 414/2022, cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*não*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “*sim*”, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Encaminhamos voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votação encerrada:  
[**Votaram Sim:** Ademair Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Tiago Amaral e Tião Medeiros (29 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri

(16 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Professor Lemos, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (9 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e 16 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 143/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto contrário do Deputado Professor Lemos.)**

Item 14. 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 144/2022...

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, só para registrar o voto “*não*”. Não consegui votar aqui na máquina, mas meu voto é “*não*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Vamos registrar em Ata, Deputado Lemos.

**ITEM 14 – 1.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 144/2022, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício n.º 7442897/2022, cria 60 (sessenta) cargos de livre provimento de assessoramento, de simbologia 1-D, para os gabinetes de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau e 21 (vinte e um) cargos de livre provimento, de simbologia 1-D, para o assessoramento de Magistrados de Primeiro Grau de Jurisdição. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*não*”.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “*sim*”, Sr.ª Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votando, Sr.ªs e Sr.ªs Deputados.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Encaminhamos o voto “*sim*”.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Estou precisando de ajuda aqui, porque não estou conseguindo votar. Segura aí, Sr. Presidente.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Senhor Presidente, também não estou conseguindo votar. Mas, se não conseguir, pronuncio-me após a votação. Estou com dificuldades aqui também.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Marcio Nunes.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Também não estou conseguindo votar aqui... Com a ajuda dos universitários aqui, consegui votar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votação encerrada:

**[Votaram Sim:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (14 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados). Com 32 votos favoráveis e 14 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 144/2022.**

**ITEM 15** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 145/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 7456621/2022, que dispõe sobre os cargos de livre provimento e as funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná vinculadas à área de tecnologia da informação e comunicação e estabelece outras providências. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não”.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Votando “sim”, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votação encerrada:

**[Votaram Sim:** Ademair Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (14 Deputados); **Não Votaram:** Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e 14 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 145/2022.**

**ITEM 16** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 149/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 596/2022, cria cargos em Comissão e funções comissionadas para a chefia e o assessoramento de Magistrados do 1.º Grau de Jurisdição. Parecer favorável da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não”.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Encaminhamos o voto “sim”.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD):** Voto “sim”, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Votação encerrada: *[Votaram Sim: Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (14 Deputados); Não Votaram: Anibelli Neto, Elio Rusch, Goura, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados).]* Com 32 votos favoráveis e 14 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 149/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

## **REQUERIMENTOS.**

**Requerimento n.º 1186/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano, Tiago Amaral, Gilson de Souza, Tião Medeiros, Delegado Jacovós, Nelson Justus e Alexandre Curi, solicitando a tramitação em regime de urgência dos Projetos de Lei n.ºs 139/2022, 142/2022, 143/2022, 144/2022, 145/2022 e 149/2022 e do Projeto de Resolução n.º 5/2022. O Deputado Romanelli está retirando o requerimento, então retirado pelo autor, pela Comissão. **Requerimento retirado.**

**Requerimento n.º 1142/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 30/2022 da Ordem do Dia. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o**

**Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento também do Presidente Ademar Traiano, n.º 1.143/2022, de dispensa de Redação Final para os Projetos de Lei n.º 139, 142, 143, 144, 145, 149... Desculpem, houve um equívoco.

Então, vamos agora ao **Requerimento n.º 1145/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 90/2022, 155/2022, 156/2022 e 163/2022 da Ordem do Dia. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Aprovada a dispensa de Redação Final.

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento n.º 1119/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no Estado do Paraná, requerendo urgente pintura de faixas de sinalização na BR-548, Km 14, trecho entre as cidades de Itambé e Floresta PR; **Requerimentos n.ºs 1120 a 1126, 1131 e 1141/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao Cabo Bruno Yatsuhara Tuttis Rodrigues; ao Cabo Adriane Maria Tuttis Silvestri; ao Dr. Alberto Brunholi Xavier; ao Engenheiro Agrônomo João Carlos Sanches Boneti; ao Sr. Marcos Marin; à Sr.<sup>a</sup> Marisa Martinello; ao Sr. Paulo Roberto Lima; à Empresa Vitão Alimentos; e ao Maneko's Bar; **Requerimento n.º 1127/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Wagner mesquita, requerendo reforço de policiamento no município de Formosa do Oeste; **Requerimento n.º 1128/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, requerendo um redutor de velocidade ou área de escape na PR-435, no município de Congoinhas - PR; **Requerimento n.º**



**1129/2022**, da Deputada Maria Victória e do Deputado Evandro Araújo, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações ao jovem estudante Guilherme Neves de Carvalho; **Requerimento n.º 1133/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa ao Pastor Valdenir Andreacci; **Requerimento n.º 1138/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme especifica; **Requerimento n.º 1139/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Antônio Hideraldo Magron; **Requerimento n.º 1140/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil do Paraná, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a atuação conjunta dos órgãos governamentais para consecução da promoção dos praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme preconiza os artigos 40 e subsequentes da Lei n.º 5.940/1969; **Requerimento n.º 1144/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de votos de congratulações e aplausos à Rede Burger King pela realização da Campanha “Fome de Democracia”; **Requerimentos n.ºs 1146 a 1148, 1150 a 1168, 1170 a 1184 e 1188/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Olivio Lourenço de Avila; Mario Bonki; Antonio Alcione Cardozo; Orair Climek; Jovir Martini; João Ferreira de Andrade; Antonio Rodrigues; Osni Barbosa Pereira; Laurito Lameu da Roza; José Prestes; Fortunato Pires de Oliveira Neto; Otilia Francisco Pacheco; Ivonete de Fátima Araújo dos Santos; Ivone Maria Muniz; Rosméri Glinski; Mariza Marchiori Kopis; Graciette Simionato; Elizete de Almeida Slonik; Edith de Jesus Ribeiro; Tereza Cuimbra; Reginaldo Hartmann; João Maria dos Santos Oliveira; Douglas Raimundo de Matos; Domingos de Paula; Celso Luiz Garczarek; Celso Augusto Divaldin; Altair Araújo Alves; Antonio Cezar Freski; Antonio Francisco Novaes; Antonio Santos Costa; Izaltino Soares Santos; José Inácio de Lima; Sergio Luiz Talignani; Airton do Carmo Pedroso; Ari Batista Carneiro; Marcolino Correa Pedroso; Sebastião Carneiro de Paula Neto; e Albari Ferreira Pinto; **Requerimento n.º 1169/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, solicitando esclarecimentos sobre o

andamento do procedimento de ratificação do Convênio ICMS – Confaz que elevou o valor máximo para aquisição de veículo com isenção do ICMS, destinado a pessoas com deficiência; **Requerimento n.º 1185/2022**, do Deputado Requião Filho, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Terezinha Modzinski Fistarol; **Requerimento n.º 1187/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro e envio de votos de congratulações e menção honrosa ao Empreendedor, Aventureiro e Youtuber Jimmy Palhano.

### **Requerimentos com despacho do Presidente.**

**Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1136/2022**, dos Deputados Delegado Fernando Martins e Marcio Pacheco, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 23 de maio de 2022.

**À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1130/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando a retirada de assinatura do Requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de irregularidades na gestão do serviço de Segurança Pública do Estado; **Requerimento n.º 1135/2022**, da Frente Parlamentar de Defesa das Pessoas com Autismo ou Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down e outras deficiências, solicitando a designação do Deputado Bazana como novo Coordenador da Frente Parlamentar e que seja alterado o nome da referida frente, passando a vigorar com a denominação de Frente Parlamentar da Defesa das Pessoas com Deficiência, Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA); **Requerimento n.º 1137/2022**, do Soldado Fruet, solicitando a sua exclusão do Bloco Parlamentar Temático de Incentivo a Erva Mate; **Requerimento n.º 1189/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 168/2022 ao Projeto de Lei n.º 140/2022, cf. art. 39, II, alínea d e 158 do Regimento Interno.

### **Justificativas de ausência.**

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno** (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1132/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 2 e 3 de maio de 2022.

**Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1134/2022**, do Deputado Artagão Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 26 de abril de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini - PSD):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando: uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 139/2022, 142/2022, 143/2022, 144/2022, 145/2022 e 149/2022; e uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 3 de maio de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 465/2021 e 79/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 927/2019, 463/2020, 477/2020, 194/2021 e 294/2021.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 17h10, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)